

## Senado aprova proteção para cônjuge ameaçado

Falta de acordo adia votação de falências e vereadores

Fotos: Célio Azevedo

A falta de entendimento entre lideranças partidárias sobre emendas apresentadas ao substitutivo à Lei de Falências levou o Senado a adiar para a próxima terça-feira a conclusão da votação da matéria. O desentendimento foi motivado pela rejeição de emendas dos senadores Tasso Jereissati e Efraim Morais. Outra proposta que teve votação adiada foi a que define o número de vereadores no país. A matéria retorna à Comissão de Justiça, que analisará emendas de Plenário.

Páginas 2 e 3



NEGOCIAÇÕES Tebet, Fernando Bezerra e Mercadante buscam acordo sobre a nova Lei de Falências

Senadores acolhem também projeto que institui brinquedotecas em hospitais que internam crianças

O cônjuge que decidir pelo abandono repentino do lar devido a risco de agressão à sua integridade física ou moral ou à de seus filhos pode ter seus direitos resguardados. Proposta que acrescenta dispositivo ao Código Civil com esse objetivo foi aprovada ontem pelo Plenário e segue para sanção presidencial. Os senadores acolheram também projeto de lei obrigando hospitais que aceitam internação de crianças a instalarem brinquedotecas.

Página 3

CCJ amplia combate à exploração de menores

Projeto do senador Edison Lobão que altera o Código Penal e o Estatuto da Criança e do Adolescente para ampliar o combate à exploração sexual de menores foi aceito ontem pela Comissão de Justiça do Senado.

Página 5



DECISÕES Projetos aprovados pela CCJ, presidida por Lobão, podem ser enviados diretamente à Câmara

Seqüestro-relâmpago pode ter pena mais severa

A Comissão de Justiça aprovou ontem, também, projeto do senador Rodolpho Tourinho que define no Código Penal o chamado seqüestro-relâmpago. A pena será de seis a 12 anos de prisão, além de multa.

Página 5

Comissão quer estimular professor a fazer curso superior

Página 8

## Adiado exame de projetos que regulamentam ação das ONGs

Por falta de acordo entre as lideranças partidárias, foi adiada a discussão sobre os dois projetos de lei que regulamentam a atuação das organizações não-governamentais (ONGs) no país. O exame será retomado na próxima sessão deliberativa do Senado, marcada para terça-feira.

O primeiro projeto (PLS 7/03) foi proposto pela comissão parlamentar de inquérito (CPI) que investigou a atividade das ONGs no Brasil. Estabelece normas sobre o registro, fiscalização e controle das instituições, exigindo que, antes do início de suas atividades, as mesmas sejam inscritas junto ao órgão competente, em nível federal e estadual.

Pelo projeto, ao inscrever-se, a ONG terá que prestar esclarecimentos sobre suas fontes de recursos, tipo de atividade, nomes de seus dirigentes, bem como sua política de contratação de pessoal. A entidade também deverá prestar contas ao Ministério Público sobre os recursos recebidos.

O segundo projeto (PLS 246/02), de autoria do senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR), que foi presidente da CPI das ONGs, estabelece que em nenhum caso a organização com sede no exterior poderá ter direitos mais amplos do que os atribuídos às pessoas jurídicas constituídas sob a lei brasileira.

Em sua justificativa, Mozarildo argumenta que as investigações da CPI mostraram ser imprescindível criar critérios para a regulamentação das entidades, que têm se multiplicado no Brasil nos últimos anos.

# CCJ vota PEC dos Vereadores na terça

Matéria teve ontem última sessão de discussão em Plenário e volta à comissão para exame de emendas

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) deverá realizar reunião extraordinária na terça-feira para apreciar duas emendas apresentadas pela senadora Heloísa Helena (sem partido-AL) à proposta que diminui em 5.062 o número de vereadores no país (PEC 55-A/01). Ontem transcorreu a terceira e última sessão de discussão no Plenário, em segundo turno.

Antes do início do debate da matéria, foi aprovado requerimento do senador José Agripino



CONTRA Para Heloísa, que apresentou mudanças ao texto, proposta prejudica pequenos municípios

(PFL-RN) solicitando inversão da pauta de votações para que a PEC dos Vereadores pudesse ser examinada preferencialmente. Logo em seguida, o senador Romeu Tuma (PFL-SP), que presidia a sessão, anunciou a votação de um outro requerimento de adiamento da discussão, mas o autor da

Siqueira Campos (PSDB-TO), para quem o Senado violou o Regimento Interno ao votar a PEC em primeiro turno desrespeitando os prazos regimentais. Ele comunicou ao Plenário que entrou com recurso no Supremo Tribunal Federal (STF) para tentar reverter a decisão. Quanto ao mérito, o se-

proposta, senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), solicitou a retirada do pedido antes de sua votação.

Resolvidas as pendências, o debate foi iniciado com o alerta do senador Eduardo

nador expressou seu voto contrário por considerar que a proposta reduz o número de vereadores nos municípios menores, onde um parlamentar municipal tem remuneração entre um e dois salários mínimos, e aumenta o número de integrantes das câmaras dos municípios maiores.

O senador Sibá Machado (PT-AC), mesmo garantindo seu voto favorável, opinou que mais relevante seria o Senado debater temas como a unificação das datas das eleições. Já o senador João Ribeiro (PFL-TO) anunciou que mudou sua posição e votará contra a PEC dos Vereadores por ter compreendido que ela prejudica as câmaras municipais das menores cidades, ao diminuir o número de seus integrantes.

## Agenda

### Sessão não deliberativa às 10h

A sessão de hoje, às 10h, será não deliberativa, destinada a pronunciamentos de parlamentares e avisos da Mesa diretora e das lideranças partidárias. Os primeiros oradores inscritos para discursar na tribuna são os senadores Papaléo Paes (PMDB-AP) e Paulo Paim (PT-RS).

### Seguro-desemprego para agricultores

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) se reúne hoje, às 11h, para discutir projeto determinando que produtores, parceiros, meeiros e arrendatários rurais tenham direito ao seguro-desemprego em períodos de safras frustradas (PLC 11/04). Também será examinada proposta (PLC 107/02) que determina os limites do Parque Nacional de São Joaquim (SC).



### Mapas históricos em exposição

Continua até o dia 1º de agosto no Salão Negro do Congresso a exposição *O Tesouro dos Mapas – A Cartografia na Formação do Brasil*. A mostra reúne mapas em pergaminho e objetos náuticos dos séculos 15 e 16.

### Jefferson fala à TV Senado

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) é o convidado de hoje do programa *Entrevista*, exibido pela TV Senado às 20h30. O parlamentar discute o poder de investigação do Ministério Público.

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp)

## Proposta prevê redução de gastos públicos

Relator da matéria na CCJ, o senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) esclareceu que, além de reduzir em 5.062 o número de vereadores em todo o país, a PEC 55-A/01 tem a vantagem de diminuir os repasses obrigatórios às câmaras municipais. Ele informou que, mesmo nos casos em que houver aumento no número de membros das câmaras municipais, as despesas serão reduzidas.

A senadora Heloísa Helena, cujas emendas apresentadas ao projeto são de caráter formal e redacional, posicionou-se contra a matéria por entender que ela prejudica os municípios pequenos. O líder do PDT, senador Jefferson Péres (AM), anunciou que em homenagem a Leonel Brizola, falecido na segunda-feira, seu partido fechará questão na votação da matéria: os cinco votos pedetistas serão contrários.

A senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) destacou que, se o Senado rejeitar a PEC dos Vereadores, não haverá economia de gastos, já que a resolução do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que cortou 8.527 vagas nas câmaras municipais, não prevê redução nos repasses.

Ramez Tebet (PMDB-MS) anunciou que votará a favor da PEC exatamente porque ela prevê a redução dos gastos públicos. O senador Efraim Moraes (PFL-PB) anunciou que votará da mesma maneira.

## JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br  
E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF  
CEP 70165-920

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** José Sarney  
**1º Vice-Presidente:** Paulo Paim  
**2º Vice-Presidente:** Eduardo Siqueira Campos  
**1º Secretário:** Romeu Tuma  
**2º Secretário:** Alberto Silva  
**3º Secretário:** Heráclito Fortes  
**4º Secretário:** Sérgio Zambiasi  
**Suplentes de Secretário:** João Alberto Souza, Serys Slhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia  
**Secretário-Geral da Mesa:** Raimundo Carreiro Silva  
**Diretor da Secretaria de Comunicação Social:** Armando S. Rollemberg  
**Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social:** Helival Rios  
**Diretora do Jornal do Senado:** Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333  
**Editores:** Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade  
**Especial Cidadania:** Treici Schwengber (61) 311-1620  
**Diagramação:** Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra  
**Revisão:** Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino  
**Tratamento de Imagem:** Edmilson Figueiredo  
**Arte:** Bruno Bazílio e Cirilo Quartim  
**Arquivo Fotográfico:** Elida Costa (61) 311-3332  
**Circulação e Atendimento ao leitor:** John Kennedy Gurgel (61) 311-3333  
**Agência Senado**  
**Diretor:** Antonio Caraballo (61) 311-3327  
**Chefia de reportagem:** Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670  
**Edição:** Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

## Reforma da Justiça deve ser votada logo

Os dois textos substitutivos da proposta de emenda à Constituição (PEC 29/00) da reforma do Judiciário devem ser examinados pelo Plenário do Senado na terça-feira. Os substitutivos resultam de parecer do senador José Jorge (PFL-PE) aprovado em definitivo, mas com mudanças, no dia 6 deste mês, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A PEC constava da pauta do Senado de ontem, mas não foi votada por falta de quórum.

Como o parecer da CCJ coincide em muitos pontos com o que foi aprovado pela Câmara dos Deputados, José Jorge propôs um texto que, sendo aprovado sem alterações pelo Plenário, seguirá à promulgação. O outro, com as modificações no texto da Câmara aceitas pela CCJ, deverá ser enviado de volta àquela Casa para novo exame após votação no Plenário do Senado.

## Proteção à Mata Atlântica volta à CCJ

Em votação simbólica, o Plenário do Senado decidiu devolver à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) o projeto de lei da Câmara (PLC 107/03) que disciplina a utilização e a proteção da vegetação nativa da Mata Atlântica.

Autora de requerimento de urgência para a votação do projeto, a senadora Heloísa Helena (sem partido-AL) chegou a pedir verificação de quórum para aprovar seu pedido, mas só teve o apoio de mais dois senadores, quando o Regimento Interno exige pelo menos três.

Cinco partidos votaram contra a urgência da matéria (PMDB, PFL, PSDB, PDT e PPS).

## Partilha de recursos da Cide fica para terça

O Plenário do Senado adiou para terça-feira a votação, em segundo turno, da proposta de emenda constitucional (PEC 17/04) que aumenta para 29% a parte dos estados e municípios na distribuição dos recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide), também conhecida como "imposto sobre os combustíveis". Atualmente os municípios têm direito a 25% da parte destinada aos estados.

# Plenário aprova direito a cônjuge ameaçado no lar

**Vai à sanção proposta que resguarda direitos de vítimas de maus-tratos na relação familiar**

O Plenário do Senado aprovou ontem a inserção de dispositivo no Código Civil acrescentando a hipótese de abandono justificado do lar por um dos cônjuges. A medida foi tratada em projeto de lei da Câmara (PLC 103/02) que segue agora à sanção presidencial.

Pela proposição, terá seus direitos resguardados o cônjuge que decidir pelo abandono repentino do lar devido ao risco de agressão a sua integridade física ou moral ou à de seus filhos. A atitude não resultará em perda de direitos para o ausente, no caso de posterior separação judicial, se configurada grave conduta do outro cônjuge e se for sucedida por pedido de separação de corpos ou de afastamento temporário do lar, a ser formulado 30 dias após o



**PROTEÇÃO** Serys quer evitar prejuízo às pessoas que se vêem obrigadas a abandonar o lar

abandono.

– No seu mérito, a iniciativa mostra-se procedente, pois visa resguardar os legítimos direitos da vítima de maus-tratos na relação familiar, que se vê na contingência de abandonar o próprio lar – observou a relatora na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senadora Serys Slhessarenko (PT-MT).

A ex-deputada goiana Nair Xavier Lobo, autora do projeto, alertou para a frequência dos

casos em que o cônjuge inocente abandona o lar e é prejudicado, na separação judicial, quanto à partilha dos bens e à guarda dos filhos.

### União estável

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania vai reexaminar projeto de lei da Câmara (PLC 73/01) que trata dos procedimentos da conversão da união estável em casamento. Requerimento nesse sentido, de autoria da líder do PT, senadora Ideli Salvatti (SC), foi aprovado pelo Plenário.

### Mães presas

Também retorna à Comissão de Justiça, para reexame, parecer favorável ao projeto de lei da Câmara (PLC 105/03) que trata da assistência, nas penitenciárias femininas, às mães presas e aos seus filhos. Requerimento com esse objetivo foi aprovado durante a discussão da matéria em Plenário. O autor do requerimento, senador Fernando Bezerra (PTB-RN), argumentou que é necessário aprofundar a discussão sobre o assunto.

## Brinquedotecas poderão ajudar na recuperação de crianças internadas

As unidades de saúde que oferecerem atendimento pediátrico em regime de internação terão que contar com brinquedoteca para possibilitar uma recuperação mais rápida e menos traumática das crianças. A medida está prevista em substitutivo do senador Geraldo Mesquita Júnior (PSB-AC) aprovado ontem pelo Plenário do Senado.

O substitutivo aprovado – que retornará à Câmara – estabelece sanções para os estabelecimentos que não implantarem brinquedotecas. Os infra-



**PUNIÇÃO** Mesquita Júnior sugere penalidades para quem não cumprir a legislação

tores ficarão sujeitos a penalidades previstas na legislação sanitária federal. Outra modi-

ficação introduzida por Mesquita Júnior é o prazo de 180 dias que será concedido aos estabelecimentos para que cumpram a determinação, após a publicação da lei.

### Recuperação

O relator Mesquita Júnior lembra que a descoberta da brinquedoteca como forma auxiliar na recuperação das crianças internadas data da década de 50, na Suécia. A novidade, acrescentou o senador, passou a ser implantada de maneira mais ampla no Brasil somente a partir dos anos 90.



**APELO** Tebet pede aos senadores que apresentem emendas até segunda-feira

## Senado busca entendimento para votar a Lei de Falências

A falta de entendimento entre as lideranças partidárias sobre emendas ao substitutivo à Lei de Falências (PLC 71/03) levou o Senado a adiar para a próxima terça-feira a conclusão da votação da matéria. O substitutivo foi proposto pelo relator na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), senador Ramez Tebet (PMDB-MS). Foi adiada também a votação do parecer de Tebet sobre as emendas ao substitutivo.

O relator rejeitou a maioria das 39 emendas apresentadas, e duas emendas recusadas – dos senadores Tasso Jereissati (PSDB-CE) e Efraim Moraes (PFL-PB) – acabaram por gerar desentendimentos por parte das lideranças. A sessão foi suspensa por mais de uma hora, mas o acordo não foi alcançado. Tebet anunciou que, juntamente com Fernando Bezerra (PTB-RN), reformulará o seu parecer, para assegurar que as emendas não interfiram no corpo do projeto. Ele também apelou para que novas emendas sejam encaminhadas até segunda-feira.

– Embora o regimento permita que emendas sejam apresentadas até no momento em que eu estiver lendo meu parecer no Plenário, quero lembrar que a matéria é complexa e torna difícil analisar uma emenda sem o tempo necessário.

## Lançada *Senatus*, revista dedicada ao debate de idéias

Com a presença do senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS), foi lançada ontem, no Salão Nobre do Senado, a revista *Senatus*, voltada ao debate de idéias e à divulgação das atividades da Casa e de temas culturais. Editada e produzida no âmbito da Secretaria de Informação e Documentação, a *Senatus* contará com artigos de parlamentares e consultores do Senado, mas também poderá aceitar material opinativo encaminhado pelos cidadãos em ge-

ral, conforme o diretor da secretaria, Paulo Afonso Lustosa de Oliveira.

O senador Sérgio Zambiasi disse que a *Senatus* “promoverá a reflexão e permitirá maior integração do Parlamento com a sociedade”. Zambiasi observou ainda que o trabalho dos consultores, usualmente anônimo, ganhará maior visibilidade com a publicação.

– Temas de grande importância serão oferecidos a cada número – prometeu o

parlamentar gaúcho, autor de um projeto de resolução que muda a periodicidade de irregular para mensal.

O número lançado ontem aborda temas como gestão do conhecimento, segurança pública, mercado de trabalho e comunidade virtual, entre outros. O lançamento da revista contou com a presença do diretor-geral, Agacieli da Silva Maia, e com uma apresentação do Coral do Senado.



**CONTEÚDO** Zambiasi afirma que temas de grande importância serão oferecidos ao público da revista



**DIREITO** Fátima Cleide pretende garantir benefício a funcionário do antigo território de Rondônia

## Isonomia a servidor de Rondônia é acolhida

Os servidores públicos civis que se encontravam no exercício regular de suas atividades em Rondônia, no ano de 1981, quando o ex-território foi transformado em estado, poderão ser incluídos em quadro em extinção da administração federal. A medida está prevista na proposta de emenda à Constituição (PEC 87/03) da senadora Fátima Cleide (PT-RO), que recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e será agora submetida ao Plenário.

Por meio da Emenda Constitucional 38/02, conforme a senadora, já haviam sido incorporados os policiais militares do antigo território de Rondônia. Foram deixados de fora, porém, os servidores públicos civis, que teriam, com a aprovação da proposta, tratamento semelhante.

Em seu parecer favorável, o relator da matéria, senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR), lembra que os servidores dos ex-territórios de Roraima e do Amapá já foram beneficiados por emenda à Constituição aprovada em 1998.

Para Fátima Cleide, os servidores de Rondônia merecem isonomia. Mas é necessário ainda, informou, negociar com os Ministérios do Planejamento e da Fazenda solução financeira para resolver a situação.

# Proposta muda recesso de julho para setembro

■ Conforme PEC em votação na CCJ, alteração ocorreria somente nos anos em que há eleições

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) discutiu ontem a proposta de emenda à Constituição do senador Jefferson Péres (PDT-AM) que altera o período de funcionamento do Congresso Nacional. Conforme a proposta (PEC 48/96), o recesso parlamentar em anos eleitorais será transferido de julho para os 30 dias anteriores ao primeiro domingo de outubro, data do primeiro turno das eleições. Pedido de vista do senador Ney Suassuna (PMDB-PB) adiou para a próxima semana a votação do substitutivo apresentado pelo relator, senador Luiz Otávio (PMDB-PA). Suassuna disse que precisa de tempo para analisar melhor a matéria.

Para o senador Demostenes Torres (PFL-GO), a mudança do recesso é inútil, pois a possibilidade de haver convocação extraordinária impediria que os



**ADAPTAÇÃO** Para Jefferson, o autor, iniciativa prevê ajuste "entre Brasil real e Brasil legal"

parlamentares fossem a suas bases para participar das atividades eleitorais.

– O trabalho eleitoral e parlamentar pode ser conjugado sem a necessidade de alteração do período – disse. Demostenes lembrou que o Regimento Interno do Senado já admite que nos 60 dias anteriores a períodos eleitorais sejam suspensas as sessões deliberativas.

O senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) destacou que a PEC vai além da alteração do período de recesso, marcando para 20 de dezembro as sessões destinadas à posse dos senado-

res e à eleição da Mesa, e para 5 de janeiro o início do ano legislativo. Ele defendeu a proposta de concentração das sessões deliberativas nos 20 primeiros dias do mês, liberando os parlamentares para outras atividades no período restante.

– A modificação é mais ampla. A produtividade legislativa será maior e estaremos oferecendo clareza à opinião pública – declarou Mozarildo.

Jefferson afirmou que a proposta prevê “ajustamento entre o Brasil real e o Brasil legal”.

– Quando os costumes contrariam as leis, deve-se fazer a adequação para que a lei não vire letra morta – disse.

### CPIs

Outro pedido de vista, da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), adiou a votação do relatório de Luiz Otávio sobre projeto de resolução (PRS 93/99) do senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) determinando que as comissões parlamentares de inquérito (CPIs) se reúnam somente às segundas e sextas-feiras e durante os fins de semana e feriados. Nos outros dias, as CPIs só realizariam atos e diligências urgentes.

## CCJ aprova restrição a viagens oficiais

Foi aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) substitutivo do senador licenciado Amir Lando a projeto de lei (PLS 168/00) de Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) que impõe limites às viagens oficiais. Segundo o relator, a proposta é “passo importante para moralizar a gestão da coisa pública no Brasil”.

O substitutivo foi aprovado em turno suplementar e recebeu decisão terminativa, o que significa que vai direto para a Câmara dos Deputados, exceto se houver recurso para que o projeto seja submetido ao Ple-



**OBJETIVO** Autor do projeto, Antonio Carlos quer evitar a improbidade administrativa

nário do Senado.

De acordo com o texto, constitui ato de improbidade administrativa, importando enri-

quecimento ilícito, aceitar passagens e hospedagem para participação em eventos, salvo do respectivo patrocinador, quando este for organismo internacional do qual o Brasil faça parte, governo estrangeiro ou instituição acadêmica, científica ou cultural.

O substitutivo acrescenta inciso a um artigo da Lei 8.429/92, que trata das sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional.

## Palocci terá de responder a questionamentos de senadores

Os senadores da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovaram pareceres que admitem a tramitação de dois requerimentos solicitando informações ao ministro da Fazenda, Antonio Palocci, sobre utilização de recursos pelo Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal. Como se tratam de dados que envolvem sigilo bancário, somente depois da análise da CCJ os requerimentos poderão ser encaminhados pela Comissão Diretora.

O primeiro deles, do senador Almeida Lima (PDT-SE), pede informações sobre empréstimo do Banco do Brasil ao PT, no valor de R\$ 21 milhões, para compra de 5 mil computadores para os diretórios do partido.

Outro requerimento, do senador Romero Jucá (PMDB-RR), solicita ao ministro da Fazenda informações sobre o saldo de R\$ 256,6 milhões não sacados por beneficiários dos programas Bolsa-Escola, Bolsa-Alimentação, Bolsa-Renda, Auxílio-Gás, Erradicação do Trabalho Infantil e Agente Jovem.

A CCJ também aprovou relatório de Tião Viana (PT-AC) a requerimento de Paulo Paim (PT-RS) que pede informações ao Ministério da Fazenda sobre as investigações, pela Receita Federal, referentes a denúncias de sonegação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). Viana afirmou que, por não envolver dados sigilosos, não é competência da CCJ, mas da Mesa diretora, dar o encaminhamento necessário ao requerimento.

A comissão acolheu ainda adendo ao relatório de Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ao requerimento de Antero Paes de Barros (PSDB-MT) que pede informações à ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, sobre depósitos da Petrobras para credores de Mato Grosso do Sul.

## Benefício fiscal a empresa de informática recebe apoio de comissão

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) acolheu relatório do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) favorável ao projeto de lei, de autoria do Executivo, que prorroga até 2019 a redução do Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI) concedida às empresas de desenvolvimento de bens e serviços de informática e automação. A am-

pliação é de dez anos em relação à legislação em vigor. A proposta (PLC 32/04), que tramita em regime de urgência, já foi aprovada na Comissão de Educação (CE) e terá de passar pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Azeredo informou que seu parecer é resultado de acordo firmado com os outros relatores: Aloizio Mer-

cadante (PT-SP), na CAE, e Hélio Costa (PMDB-MG), na CE. Na Comissão de Justiça, a matéria recebeu quatro emendas. Mas apenas uma é de mérito, e regulamenta a possibilidade de compra de equipamentos via pregão, modalidade de licitação criada após a Lei de Informática, de 1991. “É um projeto de interesse maior do país”, disse Azeredo.

De acordo com a proposta, as isenções serão extintas a partir de janeiro de 2020, mas, até lá, as alíquotas deverão ser alteradas periodicamente. Essas alíquotas variam conforme o ano e os produtos a serem comercializados. As reduções de impostos vão de 95% a 20% no período inicial e serão zeradas no último ano.



**ENTENDIMENTO** Azeredo elaborou o parecer na CCJ após acordo com outros dois relatores

# Comissão de Justiça amplia ofensiva contra exploração sexual de menores

Projeto seguirá logo ao exame da Câmara se não houver recurso para sua votação no Plenário do Senado

Projeto que introduz alterações no Código Penal e no Estatuto da Criança e do Adolescente com o objetivo de ampliar o combate à exploração sexual de crianças e adolescentes foi aprovado ontem, em decisão terminativa, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). De autoria do senador Edison Lobão (PFL-MA), a proposta poderá ser enviada



**MUDANÇA** Proposta de Edison Lobão aperfeiçoa dispositivos do Código Penal

imediatamente à apreciação da Câmara, se não for apresentado recurso para sua votação no Plenário do Senado.

O projeto (PLS 192/03) altera os artigos 218 e 227 do código

para incluir, como vítimas nos tipos penais “corrupção de menores” e “mediação para servir a lascívia de outrem”, tanto crianças como adolescentes, e não apenas pessoas entre 14 e 18 anos.

– Pesquisas indicam que é comum os rufiões iniciarem a corrupção de pessoas de 12 anos de idade – disse Lobão.

Conforme a proposição, a ação penal será pública no caso de haver abuso de relações de parentesco. Segundo o relatório de Marcelo Crivella (PL-RJ), essa é uma das medidas mais acertadas, uma vez

que as estatísticas criminais apontam que é no seio da família onde esses crimes mais ocorrem. Outra inovação da matéria é a criminalização da conduta dos clientes do mercado de prostituição.

O projeto também estende aos adolescentes a proibição de viagem para fora da comarca onde residem, sem autorização judicial, quando desacompanhados dos pais ou responsáveis. O dispositivo atual só inclui crianças. Lobão afirma que “o adolescente é o principal alvo dos aliciadores que transportam as vítimas para outros lugares, fomentando inclusive o tráfico de mulheres”.



**TRÁFEGO** Paulo Elifas relata péssima situação das rodovias no estado de Rondônia

## Paulo Elifas cobra melhoria de estradas

O senador Paulo Elifas (PMDB-RO) cobrou do governo federal providências urgentes para recuperação das rodovias de Rondônia que estão em péssimas condições. Ele pediu atenção especial à BR-364, no trecho que liga Pontes de Lacerda até Rio Branco, no Acre.

Segundo Elifas, o estado precário das estradas asfaltadas, somado ao fato de que a maior parte das rodovias estaduais ainda é de terra batida, provoca uma situação muito difícil em Rondônia, principalmente no período de chuvas.

A situação precária das rodovias, acrescentou Elifas, gera graves consequências, inclusive o aumento do número do roubo de cargas. As ações dos assaltantes, informou ele, são facilitadas nos momentos em que os veículos pesados têm que reduzir velocidade, ou até mesmo parar, nos trechos danificados.



**DANOS** Valdir Raupp adverte para o grande prejuízo aos caminhoneiros e à produção

## Valdir Raupp pede obras na BR-364

Valdir Raupp (PMDB-RO) voltou a pedir a restauração da BR-364, que corta o estado de Rondônia “de ponta a ponta”, entre a divisa com Mato Grosso até o Acre. Segundo Raupp, 50% da soja produzida em Mato Grosso com destino ao porto graneleiro de Porto Velho são transportados por essa estrada, na qual passam também 80% dos produtos destinados ao parque industrial de Manaus.

A grande maioria dos 1.300 quilômetros da estrada em Rondônia, de acordo com o senador, estão esburacados, o que gera grandes prejuízos aos caminhoneiros e aos proprietários dos demais veículos que trafegam pela BR-364, além de causar acidentes com vítimas fatais.

Raupp lembrou que, no ano passado, ocupou várias vezes a tribuna para denunciar a situação das rodovias brasileiras.

## Adiado exame da definição do ato médico

O senador Tião Viana (PT-AC) apresentou ontem, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), substitutivo ao projeto de lei que define o ato médico (PLS 25/02). De acordo com o relatório, que teve sua votação adiada por pedido de vista, as ações do médico devem ser desenvolvidas para promoção da saúde e para prevenção, diagnóstico e tratamento de doenças e reabilitação dos doentes. A matéria volta à pauta da CCJ na próxima semana e depois segue para votação em caráter terminativo na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

– Temos um vácuo legal por não legislar sobre a matéria e ordenar as atividades médicas. Hoje, são 14 profissões em práticas que envolvem a saúde. A interdisciplinaridade tem trazido polêmicas e disputas de mercado. Não parece justo que médicos não tenham direito de ter lei normatizadora das suas atividades, com regras claras – declarou Tião Viana.

Atualmente, argumentou, se um médico prescreve dieta ou aplica uma injeção, ele pode ser condenado judicialmente por haver entrado na área de competência de nutricionistas e enfermeiros. O substitutivo torna privativas de médicos a coordenação, chefia, direção técnica, perícia, auditoria e supervisão de ensino vinculadas à profissão.

## Protesto por novo júri pode ser extinto

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) também aprovou ontem, em votação terminativa, projeto de iniciativa de Demostenes Torres (PFL-GO) que extingue a possibilidade de protesto por novo júri. Esse recurso previsto no Código de Processo Penal, exclusivo da defesa, é admitido quando a sentença condenatória de competência do tribunal do júri estabelecer pena igual ou superior a 20 anos.

Na justificativa do projeto (PLS 460/03), Demostenes afirma que a possibilidade de novo júri é um contra-senso jurídico. “Não se compreende que em um processo no qual foram observadas todas as garantias constitucionais e processuais,



**INICIATIVA** Fim do antigo recurso criminal foi proposto por Demostenes Torres

simplesmente em decorrência do *quantum* da pena aplicada, se dê nova oportunidade ao condenado, sem nenhuma razão material ou formal.” Para o senador, levar o condenado a novo julgamento, além de ser

medida procrastinatória, representa clara inobservância do princípio constitucional da soberania dos veredictos do tribunal do júri.

No parecer sobre a matéria, lido por Tasso Jereissati (PSDB-CE), o relator, Arthur Virgílio (PSDB-AM), diz que o protesto por novo júri “é, de fato, um instrumento anacrônico, pois fora imaginado para evitar erros judiciários irreparáveis, dada a existência da pena de morte e de galés perpétuas”. Ele observa que a Constituição não admite tais modalidades punitivas, e, portanto, “não há razão plausível para a anulação de um julgamento soberano do júri, a não ser pela verificação de nulidades concretas”.

## Aprovada pena severa para seqüestro-relâmpago

Foi aprovado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) o projeto de lei (PLS 54/04) do senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) que define no Código Penal o chamado seqüestro-relâmpago como crime de extorsão, cometido mediante a restrição da liberdade da vítima, para obtenção de vantagem econômica.

A pena para o autor desse delito, de acordo com a proposta, será de seis a 12 anos de prisão, além de multa, a menos que haja lesão corporal grave ou morte, quando serão aplicadas as penas previstas para a morte seguida de seqüestro qualificado.

A matéria, que recebeu pare-



**PRISÃO** Conforme proposta de Rodolpho Tourinho, reclusão será entre seis e 12 anos

cer favorável do relator, Demostenes Torres (PFL-GO), foi votada em caráter terminativo, e por isso não precisa ser examinada pelo Plenário antes de seguir para a Câmara, a menos

que haja pedido de pelo menos nove senadores nesse sentido.

De acordo com Tourinho, o seqüestro-relâmpago tem se tornado uma prática cada vez mais freqüente no país e “constitui modalidade criminosa de especial gravidade”, por adotar elementos do roubo, da extorsão e do seqüestro. Segundo o senador, não existe consenso entre os juristas sobre qual a melhor tipificação. Ele observa que a própria legislação brasileira já havia inserido o crime no Código Penal, em 1996, mas a providência, no entanto, não supriu a necessidade legal, pela “falta de técnica e imprecisão na formulação do dispositivo”.

José Cruz



**PREJUÍZOS** Suassuna critica mudanças nas regras de repasses do ICMS

## Suassuna alerta para perda de arrecadação de prefeituras

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) manifestou sua preocupação com a queda de arrecadação que afeta os municípios do interior de alguns estados, em função de alterações definidas nos repasses do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Ele disse que tem recebido constantes e numerosas reclamações de prefeitos

do interior paraibano, alertando para as dificuldades de cumprir os compromissos financeiros, principalmente o pagamento dos funcionários.

Segundo o parlamentar, a equipe econômica deveria prestar atenção aos problemas dessas prefeituras, especialmente das regiões Norte e Nordeste, e modificar os critérios

adotados para o recolhimento do ICMS. Ele relatou que muitas prefeituras estão "amargando prejuízos" por terem sofrido redução em suas arrecadações e, em função disso, não estão conseguindo pagar os salários dos funcionários.

– Se não estão correndo recursos, a economia fica paralisada. Se não circula o dinheiro, não há comércio.

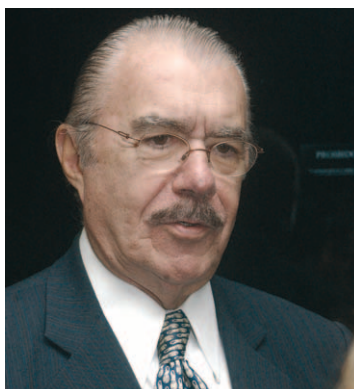
A reação é em cadeia e quando os primeiros da base, que são as prefeituras, não estão conseguindo se manter, isso me preocupa. No meu estado, já tem cidade com atraso de 16 meses de pagamento dos funcionários, e os servidores estão vivendo de vales. Imagine como se sentem essas prefeituras – ressaltou Suassuna.

# Senadores analisam decisão da Câmara sobre o mínimo

■ Para Sarney, Senado não perdeu prestígio. Ideli elogia deputados, mas Paim lamenta a rejeição dos R\$ 275

A decisão da Câmara de manter a proposta do governo de R\$ 260 para o salário mínimo e de rejeitar o projeto aprovado no Senado que fixou o novo valor em R\$ 275 foi encarada com naturalidade pelo senador José Sarney. O presidente do Senado afirmou que a decisão não diminui o prestígio nem a força da Casa.

– Não é a primeira nem a última vez que matéria votada no Senado será revista pela Câmara, ou votada na Câmara será revista pelo Senado – disse.



Gerardo Murgello

**ROTINA** Sarney: é natural que a votação numa Casa seja revista pela outra

A líder do PT no Senado, Ideli Salvatti (SC), lembrou que a decisão da Câmara já era esperada. A senadora ressaltou que os deputados entenderam que qualquer aumento maior forçaria o governo a alterar outros

programas sociais, como o da reforma agrária.

Ideli afirmou ainda que a grande maioria dos senadores que aprovou o reajuste do salário mínimo para R\$ 275 tinha a devida convicção de que o valor de R\$ 260 não podia ser alterado. O motivo, observou, é que o Senado, ao aprovar por unanimidade o orçamento para o ano de 2004, alocou recursos para que o reajuste do mínimo fosse de R\$ 256.

Um dos principais defensores dos R\$ 275, o vice-presidente do Senado, Paulo Paim (PT-RS), lamentou a decisão tomada pela Câmara. Ele disse ter ficado comprovado "que o Senado é cada vez mais a Casa do povo". Paim também expressou sua decepção com as políticas adotadas pelo governo Lula.



José Cruz

**IMPOSTOS** Queda na avaliação do governo também se deve à alta carga tributária, diz Agripino

## Agripino: governo não cumpre promessa e perde apoio

O líder do PFL, senador José Agripino (RN), atribuiu à falta de cumprimento de promessas a queda de 5% na avaliação positiva do governo federal, segundo pesquisa realizada pela Confederação Nacional do Transporte (CNT) e Instituto Sensus, e publicada ontem pela

imprensa. Agripino observou que o resultado é um "sinal vermelho" para o Executivo, que, a seu ver, caminha para a avaliação negativa.

– O governo não está cumprindo os compromissos de campanha, nem os do início de governo. Os R\$ 4 bilhões para o saneamento básico ficaram na promessa. O Fome Zero ninguém nem ouve falar. As estradas estão esburacadas e o primeiro emprego não passou da promessa. Teve também a questão de policiamento da liberdade de imprensa. Claro que isso puxa a avaliação do governo para baixo – afirmou.

O senador disse ainda que a queda do governo deve-se à elevação da carga tributária. Ele lembrou que a majoração da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins) tem tido participação importante na elevação global da carga tributária no país. Agripino lembrou que o PFL votou contra a elevação do percentual dessa contribuição.

## Críticas à desigualdade na relação legislativa

O Senado aprovou proposta de emenda à Constituição (PEC) que garante alternância no início da tramitação das medidas provisórias, de autoria do senador José Jorge (PFL-PE), e que teve o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) como relator. José Jorge e Antonio Carlos argumentam que, quase sempre, a Câmara desfaz o trabalho constitucional de Casa revisora, ao restabelecer o que havia aprovado antes, anulando as mudanças feitas pelos senadores. A PEC está em tramitação na Câmara dos Deputados, mas, segundo opinião dos próprios senadores, dificilmente será examinada.

O senador Hélio Costa (PMDB-MG) defende mudança regimental e constitucional para que o Senado reassuma seu papel de Casa revisora.

– Uma das saídas seria isonomia de prazos: se a Câmara passou 45 dias examinando

uma medida provisória, o Senado deveria ter o mesmo prazo. E que se estabelecesse a alternância no início da tramitação – sugeriu.

São frequentes as críticas sobre o esvaziamento institucional do Senado pela Câmara. Osmar Dias (PDT-PR) conta que projeto de sua autoria sobre o primeiro emprego foi aprovado no Senado em 1998, e desapareceu na Câmara.

– Reapareceu depois como proposta do governo Lula e relatada por um deputado. É uma falta de respeito. Alguma coisa tem que ser feita no plano institucional ou o Senado perde a razão de existir – disse Osmar.

– Dificilmente a Câmara aprovará uma PEC que estabeleça alternância na tramitação de MPs. Os deputados não vão abrir mão de ter a palavra final sobre as medidas provisórias. Essa é a regra do jogo, é uma regra constitucional – afirmou

Ney Suassuna (PMDB-PB), vice-líder do governo.

Ele avaliou que está havendo apenas uma "relação conflituosa" do governo com o Senado.

– O que acontece é que seis ministros são ex-deputados e apenas um é ex-senador. E os articuladores políticos do governo são ex-deputados, como José Dirceu e Aldo Rebelo. E o governo não tem sabido como relacionar-se com o Senado – assinalou Suassuna.

Romeu Tuma (PFL-SP) registrou as mesmas queixas sobre a desigualdade na relação legislativa. E também apontou que tem projetos aprovados que foram ignorados ou "esquartejados" pela Câmara.

Os senadores Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) e Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) consideraram que o problema existe, é grave, e cabe uma análise do que pode ser feito.

## Desemprego gera queda na aprovação de Lula, diz Alvaro

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) afirmou que, enquanto o governo continuar descumprindo suas promessas de campanha, seguirá caindo nas pesquisas de opinião pública. O parlamentar referia-se à pesquisa que registra a queda de aprovação ao presidente Lula de 34,6% para 29,4% entre os meses de maio e junho.

Segundo o senador, o aumento na carga tributária vem sendo dramático no governo Lula e este ano chegará a 38% do Produto Interno Bruto (PIB), inibindo o crescimento econômico. Na opinião de Alvaro Dias há, porém, duas situações que são determinantes na queda de popularidade do presidente: o desemprego e a corrupção.



José Cruz

**DENÚNCIAS** Para Alvaro Dias, corrupção também afeta popularidade do presidente

– O presidente Lula prometeu durante a campanha gerar 10 milhões de empregos, mas o governo está paralisado e não consegue encontrar soluções para geração de postos de trabalho – avaliou Alvaro Dias.

Quanto à corrupção, o senador sugeriu que o PT permita a criação de comissões parlamentares de inquérito para investigar denúncias, como o assassinato do prefeito de Santo André (SP) e o caso envolvendo o ex-assessor da Casa Civil Waldomiro Diniz.

# Valadares apóia parceria da Petrobras com BNDES

Senador anuncia que banco vai liberar US\$ 1,72 bi para construção de três plataformas no país

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) elogiou a decisão anunciada pelo presidente da Petrobras, José Eduardo Dutra, de construir três novas plataformas de exploração petrolífera por meio de parceria com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que vai liberar US\$ 1,72 bilhão para a empresa. Ele disse que a medida é muito positiva para a geração de empregos.

Valadares aproveitou o tema



**HONESTIDADE** Valadares ressalta lisura dos contratos e elogia presidente da empresa

para condenar as recentes críticas feitas pela governadora do Rio de Janeiro, Rosinha Matheus, quanto ao processo de contratação para a construção das plataformas. O senador afirmou que os questionamen-

tos da governadora “são equivocados e injustos”.

Para ele, a assinatura dos 11 contratos foi feita com correção e lisura e todos os procedimentos serão submetidos ao crivo do Tribunal de Contas da União (TCU), destacando também o fato de Dutra ter se oferecido para comparecer ao Senado e dar todas as explicações sobre o processo.

O senador Tião Viana (PT-AC) concordou com os elogios feitos ao presidente da Petrobras e aproveitou para protestar contra as críticas da governadora Rosinha Matheus, para ele “injustas e típicas de quem não procurou conhecer os detalhes dos procedimentos de contratação das obras das plataformas”.

## BRIZOLA

### Jefferson diz que poucos políticos receberão homenagem tão sincera

O líder do PDT no Senado, Jefferson Péres (AM), relatou que o velório do ex-governador Leonel Brizola, no Palácio Guanabara, no Rio de Janeiro, na terça-feira, foi marcado por grande emoção, com dezenas de milhares de pessoas chorando.

– Ao ver aquele contingente de pessoas simples, humildes mesmo, desfilar ordenadamente ao lado do caixão para homenagear Brizola, fi-

quei pensando em quantos políticos da atualidade receberão uma manifestação espontânea e sincera como aquela. Creio que poucos, muito poucos, como os dedos de uma das mãos. O último dos gigantes estava nos deixando – destacou.

Jefferson não aprovou a vaia que os presentes ao velório endereçaram ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Para ele, o presidente es-

tava levando um gesto de apreço ao velho político, portanto, mereceria mais respeito. Essa foi, também, a opinião dos dirigentes do PDT e dos familiares presentes, afirmou ele.

O senador, no entanto, disse ter compreendido a reação emocional do povo, que, também espontaneamente, decidiu manifestar a mágoa “que todos sabiam que Brizola nutria por Lula”.

### Heloísa destaca carinho do povo pelo líder

A senadora Heloísa Helena (sem partido-AL) manifestou ontem sua solidariedade a todos os brizolistas e a todos os que fizeram o PDT e expressou sua saudade do ex-governador e ex-presidente nacional do PDT. Heloísa contou que, na terça-feira, à noite, foi ao Rio de Janeiro prestar uma homenagem ao ex-governador e teve a oportunidade de ver “a singeleza, o carinho, a saudade de mulheres e homens, idosos e jovens, na última despedida ao grande guerreiro”.

Segundo a senadora, os brizolistas a receberam com carinho e fizeram questão, inclusive, de lhe dar uma rosa para que ela a depositasse

junto ao caixão.

Heloísa Helena destacou que Brizola foi muito presente num momento difícil da sua vida, quando ela estava sendo expulsa do PT “por fidelidade ao programa do partido”. De acordo com a senadora, o ex-governador lhe ofereceu a legenda do PDT para que ela pudesse disputar as eleições. Mas Heloísa Helena preferiu não aceitar, porque queria a realização da reunião do diretório nacional do PT que decidiria sobre sua expulsão para que o partido “deixasse a digital da intolerância, do neo-stalinismo”.

A imagem que a senadora guarda de Brizola, conforme afirmou em Plenário, é muito

suave. Emocionada, Heloísa Helena disse que o ex-governador tinha a delicadeza que caracteriza as almas preciosas. Ela relatou encontro que teve com Brizola há dois meses, quando ele, “humildemente, com carinho, com sensibilidade”, apresentou alguns argumentos para um encontro dela com o presidente do PFL, senador Jorge Bornhausen (SC), mesmo sabendo que dificilmente convenceria a senadora do acerto desse encontro.

– Guardo o sorriso dele quando abriu a janela de seu apartamento e disse: “Esse apartamento não vale nada, o que vale é poder olhar esse mar” – concluiu.



**HOMENAGEM** O presidente do Senado, José Sarney, e familiares do ex-senador pernambucano desatam a fita da “Sala Apolônio Salles”

### Sala de comissão recebe nome de Apolônio Salles

O presidente do Senado, José Sarney, presidiu ontem a solenidade de descerramento da placa que denomina o plenário da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) de “Sala Senador Apolônio Salles”, em homenagem ao ex-senador pernambucano e ex-presidente do Senado (1956-1958), falecido em 1982. Sarney destacou a construção da hidrelétrica de Paulo Afonso e a criação da Companhia Hidrelétrica do Vale do São Francisco (Chesf) entre as maiores realizações de Salles.

– É uma homenagem justa que resgata a memória de um homem extraordinário, o primeiro a compreender a importância do Rio São Francisco para a integração nacional – afirmou.

O presidente da CI, senador José Jorge (PFL-PE), autor da

proposta de homenagem, e o senador Marco Maciel (PFL-PE), que, como relator da matéria, auxiliou na aprovação da iniciativa, estavam presentes. Também compareceram à solenidade os filhos do homenageado, publicitário Mauro Salles, Cláudio e Apolônio, a nora Elizabeth e os bisnetos Jayme e Teresa.

#### Pertence no Interlegis

O presidente do Senado, José Sarney, compareceu ontem à sede do Interlegis para receber o ministro Sepúlveda Pertence, presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que veio participar do 1º Encontro Virtual da Justiça Eleitoral, realizado por meio de videoconferência. Sarney considerou o evento um exemplo do bom relacionamento entre o Judiciário e o Legislativo.

### Paim: “Discurso sobre relações raciais no Brasil é hipócrita”

O senador Paulo Paim (PT-RS) registrou ontem mais uma denúncia de discriminação à comunidade negra, vinda desta vez do Rio Grande do Sul, estado do parlamentar. Segundo ele, os organizadores de um baile típico do interior gaúcho são acusados de criar obstáculos à participação dos negros no evento. Após inúmeros protestos, relatou Paim, foi decidido que os negros poderiam permanecer no saguão, onde há um bar, sem direito a entrar no salão nem a utilizar os banheiros no interior do recinto.

O representante gaúcho manifestou tristeza ao divulgar o fato e acrescentou que poucos países poderiam, como o Brasil, aproveitar a enorme diversidade racial e étnica. “Pode-



**CRIME** Paim relata caso ocorrido no interior gaúcho onde negros foram discriminados numa festa

mos compreender a biodiversidade para o mundo natural, mas temos resistência à diversidade racial”, destacou Paim.

O parlamentar observou ainda que existe um discurso hipócrita no que diz respeito às relações raciais no país. Segundo ele, “somos capazes de divulgar estatísticas sobre a participação dos negros em áreas como educação e desemprego, mas somos incapazes de afirmar que essas atitudes têm origem no nosso comportamento diário”.

## CPI decide só na terça-feira se convocará Paulo Maluf

Pela quarta vez seguida, por falta de número mínimo de parlamentares, não pôde ser realizada ontem reunião da CPI do Banestado, que investiga denúncias de evasão fiscal. Mesmo sem reunião formal, parlamentares do PSDB e do PT trocaram acusações, em tom exaltado, de tentativas de proteção de pessoas que poderiam ser convocadas para depor.

O PSDB afirma que o relator da CPI, deputado José Mentor (PT-SP), quer evitar a convocação do ex-governador Paulo Maluf. Mentor insiste em chamar novamente à CPI o ex-presidente do Banco Central Gustavo Franco, do governo passado. Foram quase 15 minutos de diálogo ríspido e irônico entre os parlamentares na sala da CPI como se estivessem numa reunião formal. Por falta de quórum, o presidente da comissão, senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), nem chegou a abrir a reunião, e convocou outra para a próxima terça-feira, dia 29, às 13h.

– Não gostaria de ver nenhum acusado de falcaturas escapar desta CPI. Já temos informações mais que suficientes para convocar o senhor Paulo Maluf. Deveríamos também convocar o senhor Antônio Celso Cipriani para explicar evasão de divisas – sustentou o líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM). A CPI teria indícios de remessa por Cipriani, ex-presidente da Transbrasil, de recursos com origem duvidosa. Cipriani tem como advogado Roberto Teixeira, amigo pessoal do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

– Vossa Excelência está fazendo uma acusação. Vossa Excelência tem alguma prova de alguém que roubou? – repetiu José Mentor.

Segundo Arthur Virgílio, o PT estaria protegendo Paulo Maluf com a intenção de evitar, na campanha eleitoral de São Paulo, suas críticas contra a candidata petista Marta Suplicy. José Mentor respondeu que até agora não recebeu qualquer documento do Ministério Público de São Paulo contra Maluf e, por isso, não dispõe de elemento “palpável” para convocar o ex-governador de São Paulo.

# Docente poderá ter incentivo para fazer curso universitário

■ José Jorge argumenta que, a partir de 2007, só serão admitidos professores com habilitação superior

O governo deverá estimular a habilitação superior dos professores da educação infantil e das quatro primeiras séries do ensino fundamental, conforme estabelece projeto de lei de autoria do senador José Jorge (PFL-PE) aprovado ontem, em caráter terminativo, pela Comissão de Educação (CE).

Segundo o senador, a proposta tem o objetivo de corrigir um conflito existente na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). Enquanto o artigo 62 indica como mínima a formação de nível médio, para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, observa o senador, o artigo 87 indica que, até o fim da Década da Educação (1997-



**DELIBERAÇÃO** Proposta que atende a dispositivo da LDB foi aprovada em votação terminativa pela Comissão de Educação

2007), somente serão admitidos professores habilitados em nível superior.

Três outros projetos de caráter terminativo foram aprovados pela CE, dois dos quais de autoria do senador Maguito Vilela (PMDB-GO). O primeiro (PLS 494/03) autoriza o Executivo a criar a Universidade Federal do Sudoeste Goiano, por desmembramento do campus avançado da Universidade Federal de Goiás (UFG) em Catalão. O segundo (PLS 493/03)

autoriza a criação da Universidade Federal do Sudoeste Goiano, por desmembramento do campus avançado em Jataí.

Também foi aprovada em votação terminativa o PLS 481/03, de Alberto Silva (PMDB-PI), que institui o Dia Nacional do Engenheiro Eletricista, a ser comemorado em 23 de novembro, data de inauguração do Instituto Eletrotécnico e Mecânico de Itajubá (MG), primeira entidade a oferecer aquela habilitação no país.



**DISCUSSÃO** Dirigida por Lúcia Vânia (C), CAS amplia debate com pesquisadores sobre Lei de Biossegurança

## Especialistas defendem biotecnologia

As pesquisas em biotecnologia precisam ser fortalecidas no país como forma de melhorar e aumentar a produção de alimentos e reduzir os custos e o uso de inseticidas. E a sua regulamentação deve ficar a cargo da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio). Essa foi a opinião dominante manifestada pelos especialistas que participaram, ontem, de audiência na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Com a audiência, a CAS deu prosseguimento aos debates sobre o projeto do governo federal (PLC 9/04), já aprovado pela Câmara dos Deputados, que estabelece normas de se-

gurança e mecanismos de fiscalização de atividades que envolvem organismos geneticamente modificados (OGMs), ou transgênicos. A proposição também permite o uso de células-tronco e embrionárias para tratamento de doenças atualmente sem cura.

O professor Aluizio Borém, especialista em genética molecular, alertou que a biossegurança deve se basear em critérios científicos, e não políticos. O pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) Eduardo Romano sugeriu que o governo destine mais recursos para pesquisas, principalmente as ligadas

a produtos que compõem o setor do agronegócio.

Já o agrônomo Márcio Silva Filho defendeu o fortalecimento da CTNBio “como fator essencial para o avanço da biossegurança no país”. A diretora da Embrapa Mariza Borges propôs a implementação de programas destinados a consolidar uma tecnologia tropical própria para a produção de alimentos.

A presidente da comissão, senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), destacou a importância da realização da audiência pública e disse que a Embrapa “representa um orgulho para a população brasileira”.



**CRÍTICA** Para Mozarildo, Universidade de Brasília “faz charme com nome da Amazônia”

## Mozarildo critica iniciativa da UnB

O senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) protestou contra a iniciativa da Universidade de Brasília (UnB) de instituir a Casa da Amazônia, entidade sem fins lucrativos que atuará na preservação, proteção e divulgação das tradições da região amazônica. Ele se disse surpreso com a atitude da UnB de “fazer charme com o nome da Amazônia para conseguir recursos”.

Para o senador, ao “usar o nome da Amazônia para benefício próprio”, a UnB está praticando uma espécie de biopirataria. Mozarildo pediu aos parlamentares que “corrijam o erro” e dêem o comando da Casa da Amazônia para universidades da região. Ele ressaltou que a iniciativa não deve ser perdida. “A idéia não pode beneficiar somente a UnB”, segundo Mozarildo.

## Augusto é contra demarcação contínua

O senador Augusto Botelho (PDT-RR) posicionou-se contra a demarcação contínua da Área Indígena Raposa/Serra do Sol, em Roraima. A medida, que aguarda apenas a assinatura do presidente da República, disse, transformaria em reserva estradas, plantações, fazendas, um município inteiro e parte de outros dois. Vivem na área, que tem 1,6 milhão de hectares, os povos macuxi, wapixana, ingarikó, taurepang e patamona.

Augusto afirmou que, se a demarcação contínua for feita, os índios terão dificuldades para sobreviver. É o que vem ocorrendo, relatou, na Área Indígena São Marcos, de 800 mil hectares e demarcada em 1996. Segundo disse, os índios de São Marcos chegam a fazer contrabando de gasolina para sobreviver.



**PROPOSTA** Segundo Augusto Botelho, Raposa/Serra do Sol deve deixar cidades de fora

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores José Sarney, Paulo Paim, Eduardo Siqueira Campos, Romeu Tuma, Antonio Carlos Valadares e Valdir Raupp